



GUAIRACÁ REVISTA DE FILOSOFIA

PSICOLOGIA MORAL E PERFECCIONISMO EM BRENTANO¹

FEDERICO BOCCACCINI²

RESUMO: Franz Brentano é bem conhecido por ter introduzido o conceito de intencionalidade a fim de definir a realidade mental. Os estudiosos de Brentano concentraram-se principalmente nos aspectos epistemológicos e metafísicos da intencionalidade. No entanto, a ética também desempenha um papel central na descrição filosófica que Brentano faz da nossa vida mental como agentes morais. Brentano reivindica uma forma de intuicionismo moral baseada na noção primitiva de emoção correta. Os comentadores explicam a sua teoria nos termos de uma ontologia do valor intrínseco como um correlato intencional de um sentimento correto, ou nos termos de uma teoria meta-ética que se “livra da responsabilidade” (*buck-passing*). Eu ofereço uma descrição diferente: Brentano traça uma psicologia moral a fim de justificar uma forma de perfeccionismo ético de base emotiva. Podemos, portanto, fixar o conteúdo de nossos conceitos morais analisando a estrutura de nossos fenômenos mentais como o amor e o ódio. Eu defendo que

1 Publicado originalmente como “Psicologia morale e perfezionismo in Brentano”, «Rivista di Filosofia Neo-Scolastica», CXI (2019), 4, pp. 821-834. Tradução realizada no Projeto de Extensão “Racionalidade e Intencionalidade”, PIBEX/UNICENTRO, sob a coordenação do Prof. Dr. Evandro O. Brito (Fundação Araucária).

2 Professor visitante da Universidade de Brasília, Brasil. Email: federico.boccaccini@unb.br

a teoria ética de Brentano baseia-se no fundo na psicologia moral, e sugiro uma postura conciliadora entre seu intuicionismo e seu empirismo.

Palavras-chave: Franz Brentano, Perfeccionismo Moral, Intuicionismo, Teoria das Emoções, Teoria do Valor

MORAL PSYCHOLOGY AND PERFECTIONISM IN BRENTANO

ABSTRACT: Franz Brentano is best known for having introduced the concept of intentionality in order to define mental reality. Brentanian scholars have mostly focused on the epistemological and metaphysical aspects of intentionality. However, ethics also plays a central role in Brentano's philosophical description of our mental life as moral agents. Brentano claims a form of moral intuitionism based on the primitive notion of correct emotion. Commentators explain his theory in terms of the ontology of intrinsic value as an intentional correlate of a right feeling, or in terms of buck-passing meta-ethical theory. I offer a different account: Brentano draws a moral psychology in order to justify a form of emotive-based ethical perfectionism. We can therefore fix the content of our moral concepts analysing the structure of our mental phenomena such as love and hate. I argue that Brentano's ethical theory is at heart moral psychology, and suggest a compatibilist stance between his intuitionism and empiricism.

Keywords: Franz Brentano, Moral Perfectionism, Intuitionism, Theory of Emotions, Value Theory

1. TODOS OS HOMENS POR NATUREZA DESEJAM O CONHECIMENTO

Seja no campo da psicologia filosófica, seja no campo da ética, a filosofia de Brentano parece empenhada em descrever as estruturas fundamentais que presidem e guiam o pensamento nos seus diferentes elementos e nas suas múltiplas manifestações. Com base no princípio de referência intencional que governa e unifica toda a atividade mental, Brentano separa e reúne os diferentes atos mentais em três grandes classes: representações³, juízos, movimentos afetivos. A nossa

³ Decidiu-se traduzir o termo italiano *presentazione* por "representação" a fim de não introduzir um neologismo que pudesse complicar desnecessariamente a compreensão do texto pelo leitor. No entanto, deve ficar claro que o Autor usa no texto o termo como uma tradução do alemão *Vorstellung* porque em Brentano esta classe de atos mentais é análoga àquela da simples nomeação

vida moral, segundo Brentano, baseia-se na terceira classe, ou seja, nas emoções que guiam os desejos; e porque a natureza da moralidade faz parte da natureza do pensamento, e o pensar faz parte da condição humana natural, o conceito de moralidade, como Brentano sugere, refere-se a uma condição natural do ser humano. Como a moralidade não transcende a natureza humana, a ética terá como objeto a descrição de nossa experiência moral, pois ela se manifesta na percepção interna (*innere Wahrnehmung*) que garante sua correção. Ora, quando Brentano usa o adjetivo natural (classificação natural, fenômenos naturais, ordem natural), isto não deve ser entendido no sentido de inato ou baseado em impulsos e instintos partilhados com os animais; por natural, Brentano entende aquilo que se opõe a uma ética construída *a priori* e fundada, ou justificada, apenas na razão e não na experiência. Em 1874, quando publicou a *Psicologia de um ponto de vista empírico*, sua obra mais importante e representativa, Brentano concebeu a experiência moral como uma experiência que não podia ser descrita e explicada independentemente do estudo da mente humana e da observação da natureza humana. Portanto, a ética não é uma disciplina autônoma, mas depende em parte da psicologia, uma vez que a identificação de princípios e a análise de conceitos morais dependem, por sua vez, dos resultados que a psicologia adquire do estudo da experiência humana em todo o seu âmbito, incluindo o estudo comparativo de animais e as análises psicológicas contidas na literatura, nas biografias, no estudo de obras de arte e na história.⁴

Isto significa, para Brentano e de acordo com a sua psicologia, que uma lei que rege tanto a representação como o juízo deve necessariamente ser válida também para as emoções e as volições, porque, como Brentano afirma várias vezes,

de uma coisa no plano da linguagem. Brentano, portanto, usa *Vorstellung* para se referir a algo que se manifesta à consciência, no sentido de estar diante da mente: no sentido de algo que está presente, colocado na frente (*stellen vor*) da consciência, e não no sentido de estar na mente, ou seja, um estado interno ou conteúdo mental do sujeito ou do seu pensamento. Por *Vorstellung* Brentano entende todos os fenômenos mentais em que o objeto está simplesmente presente para nós, o objeto aparece sem qualquer atitude nossa: são todas as “representações” sensíveis, sejam simples sensações, mas também as representações amnésticas ou ficcionais, e noéticas ou representações conceituais. Portanto, o estatuto elementar e fundador da *Vorstellung* na psicologia de Brentano não deriva necessariamente da sua origem sensorial, mas, em primeiro lugar, da sua função de identificar ou “apresentar” o objeto do ato mental (cujo objeto pode ser de natureza não sensível, por exemplo um objeto matemático ou teológico). Uma *Vorstellung* não é, portanto, apenas a “impressão sensível” da tradição empirista clássica. Por esta razão, a escolha de traduzir *Vorstellung* com “presentazione” quer sublinhar como este conceito em Brentano representa um ato da mente em linha com a tradição aristotélico-tomista e não uma representação mental, noção mais próxima da linha cartesiano-lockeana da filosofia moderna. Sobre esta interpretação, veja F. Boccaccini, «Brentano’s use of mental act», in M. Antonelli, F. Boccaccini (eds), *Franz Brentano, vol. 2 - Intentionality and Philosophy of Mind* -, Routledge Critical Assessment of Leading Philosophers Series, London, Routledge, 2019, pp. 356-373, 2019. (NdA)

4 F. BRENTANO, *Psychologie vom empirischen Standpunkt* (1874), Meiner, Leipzig 1924, p. 59; Para uma introdução à filosofia de Brentano, e em particular à questão da intencionalidade, eu indico M. ANTONELLI, M. - BOCCACCINI, F. *Brentano’s Philosophy and Intentionality*, in IDD. (eds.), *Franz Brentano, vol. 1 Sources and Legacy*, Routledge, Londres, 2018, pp. 1-22.

podemos imaginar a existência de um ser que pensa algo sem sentir uma determinada emoção despertada pelo objeto pensado, mas não podemos imaginar que sentimos uma emoção ou um desejo sem alguma representação do objeto desejado. Podemos desejar ou amar algo ou alguém sem saber por que o desejamos ou o amamos, mas não podemos desejar algo ou amar alguém sem nos referirmos à coisa desejada ou à pessoa amada.

A dificuldade inicial em compreender a originalidade da filosofia moral de Brentano diz respeito precisamente a esta dependência parcial da moralidade em relação à psicologia porque, se por um lado a sua posição parece ser antinaturalista para alguns e próxima do realismo moral, por outro lado Brentano parece, ao basear a ética na psicologia, apoiar uma forma de naturalismo.⁵ Seria, no entanto, um erro pensar que Brentano em última análise apoia uma forma de psicologismo moral.⁶ Qual é exatamente a concepção que Brentano defende no campo da filosofia moral? Tem sido argumentado que de um ponto de vista meta-ético é difícil classificar a teoria de Brentano, uma vez que ela teria elementos opostos: realismo e sentimentalismo, cognitivismo e não cognitivismo, realismo e antirealismo, naturalismo e não-naturalismo.⁷ Não quero entrar nos méritos deste debate, minha intenção é oferecer uma perspectiva diferente a partir da qual possamos, mais tarde, possivelmente discutir estes problemas.⁸ Meu principal interesse é esclarecer o pano de fundo em

5 Na esteira de Aristóteles, e no sentido especificado, na *Psicologia* de 1874, Brentano defende uma forma de naturalismo ético que ele abandonará mais tarde em favor de um racionalismo ético baseado nos resultados contidos nas palestras vienenses sobre psicologia descritiva onde ele acentua o elemento apriorístico do conhecimento interno, mas isto não significa que a experiência moral depende, em sua análise, da natureza do mundo externo e do ambiente circundante, como ele afirma claramente em seu livro *Vom Ursprung sittlicher Erkenntnis* (1889). Neste último sentido, Brentano é um antinaturalista e defende, na continuidade, uma forma de objetivismo moral e de objetividade. Em certa medida, na perspectiva de leitura que estou sugerindo, a concepção de Brentano da teoria ética pode ser comparada em um sentido amplo com o naturalismo moral neo-aristotélico de alguns filósofos contemporâneos que defendem a objetividade dos bens humanos naturais, como o conhecimento. Para uma visão geral das diferentes posições dentro do naturalismo ético neo-aristotélico veja por exemplo J.A. FREY, *Neo-Aristotelian Ethical Naturalism*, em T. ANGIER (ed.), *The Cambridge Companion to Natural Law Ethics*, Cambridge University Press, Cambridge 2019, pp. 92-110.

6 Afirmar a natureza psicológica da moral pode induzir a atribuir a Brentano uma posição que pode ser definida como psicologismo moral, segundo o qual o estudo da ética deve ser fundamentado em processos mentais subjetivos ou, uma posição mais radical, reduzida a elementos biológicos. Isto obviamente não é o que eu quero dizer com psicologia moral. Para uma concepção biológica da ética, ver F. DE WAAL, *Good Natured: the Origins of Right and Wrong in Humans and Other Animals*, Harvard University Press, Cambridge, 1983.

7 J. ÖLSON, *Brentano's Metaethics*, in U. KRIEGEL (ed.), *Routledge Handbook of Brentano and the Brentano School*, Routledge, London and New York 2017, pp. 187-195.

8 Sobre a questão do cognitivismo e anti-cognitivismo das emoções, realismo e anti-realismo dos valores em Brentano, ver R. CHISHOLM, *Brentano and Intrinsic Value*, Cambridge University Press, Cambridge 1986; M. MONTAGUE, *A Contemporary View of Brentano's Theory of Emotion*, "The

relação ao qual todo um projeto filosófico é estabelecido: se aceitarmos a ideia de que Brentano concebe sua psicologia como uma “epistemologia da psicologia”, teremos que reconhecer como consequência que isto necessariamente influenciará a parte moral de sua psicologia. Ao definir sua psicologia a partir de “um ponto de vista empírico”, ele já está descrevendo não apenas o objeto, mas também o método e as condições de verdade - estabelecidas pela evidência da percepção interna - de uma disciplina que Brentano considera uma ciência. Seu interesse é determinar as fontes do conhecimento, a origem dos conceitos e, sobretudo, descrever como o conhecimento é adquirido e justificado; em que sentido um pensamento pode ser válido ou inválido e uma ação moral correta ou incorreta. Portanto, quando nos voltarmos ao estudo da terceira classe e dos fundamentos da ética, será apropriado lembrar que Brentano não só pretende definir conceitos morais como bom, certo, errado, injusto, correto, legítimo, obrigatório e assim por diante, mas ele também afirma justificar através da percepção interna sua gênese e o conhecimento contido em uma experiência moral na qual estes conceitos se originam. Neste sentido, o conceito de conhecimento moral (*sittliche Erkenntnis*) deve ser entendido, não como uma forma de cognitivismo moral, mas sim como *uma epistemologia da psicologia moral*.⁹

Por psicologia moral entendo “o estudo da moralidade como parte da dimensão psicológica”, uma definição que me parece concordar perfeitamente com a própria ideia de ética de Brentano.¹⁰ É por isso que Brentano afirma que fenômenos emocionais e valorativos não são “um juízo do tipo ‘o que se deve amar’ ou ‘o que se deve odiar’ (isto seria um juízo de bondade ou de maldade), mas *são* um ato de amor

Monist”, 100 (2017), pp. 64-87; G. Iocco, *Franz Brentano e il cognitivismo emotivo*, “Rivista Internazionale di Filosofia e Psicologia”, 9 (2018), 1, pp. 45-56; a terceira parte do livro de U. KRIEGEL, *Brentano’s Philosophical System. Mind, Being, Value*. Oxford University Press, Oxford- New York 2018. Cf. também o quarto volume em M. ANTONELLI -F. BOCCACCINI (eds.), *Franz Brentano, Ethics, Aesthetics, Religion*. Routledge, Londres, 2018.

⁹ Por epistemologia entendo uma teoria da justificação de uma crença ou de uma emoção moral cujo objetivo principal é oferecer razões contra o ceticismo moral. No caso de Brentano, o problema é responder à pergunta “como você pode ter certeza de que esta emoção está correta/ incorreta?” A razão de seu não-cognitivismo se baseia na recusa brentaniana em justificar a correção de uma emoção reconhecendo-a como um verdadeiro juízo moral: os fenômenos da terceira classe não são atos cognitivos (*Erkenntnisakte*): ver F. BRENTANO, *Psychologie vom empirischen Standpunkt 2. Von der Klassifikation der psychischen Phanomene* (1911), Meiner, Leipzig, 1925, p. 89. Uma epistemologia moral não implica necessariamente o cognitivismo ético, a compatibilidade na ética entre o não-cognitivismo e a teoria da justificação moral encontra vários apoiadores e argumentos; ver R.M. HARE, *Moral Thinking: Its Levels, Method, and Point*, Clarendon Press, Oxford 1981; R. CAMPBELL, *Sociobiology and the Possibility of Ethical Naturalism*, in D. COPP - D. ZIMMERMAN (eds.), *Morality, Reason, and Truth*, Rowman & Allanheld, Totowa (N.J.) 1985; A. GIBBARD, *Wise Choices, Apt Feelings*, Harvard University Press, Cambridge (MA) 1990; S. BLACKBURN, *Ruling Passions: A Theory of Practical Reasoning*, Clarendon Press, Oxford 1998; A. GIBBARD, *Thinking How to Live*, Harvard University Press, Cambridge (MA) 2003.

¹⁰ R.J. WALLACE, *Moral Psychology*, in F. JACKSON- M. SMITH (eds.), *The Oxford Handbook of Contemporary Philosophy*, Oxford University Press, Oxford 2005, pp. 86-113, aqui p. 86.

ou um ato de ódio”¹¹; em outras palavras, estes fenômenos não são conceitos ou juízos cujo conteúdo é dotado de um valor de verdade ou simplesmente prescritivo, mas são atos. Ou seja, são experiências específicas que não descrevem nenhum conhecimento ou inferência, mas expressam atitudes éticas.¹² Quando digo que “não pagar impostos é errado” não estou apenas expressando um pensamento, mas estou desaprovando a evasão fiscal; estou agindo mentalmente, de modo que julgar, decidir, escolher e amar são ações mentais. A análise desta classe de atos mentais é uma parte da psicologia e são fundamento da ética. Neste sentido, portanto, o conceito de conhecimento moral deve ser entendido como uma justificativa do “fundamento psicológico da ética [*die psychologische Grundlage der Ethik*]”¹³.

Esta relação de dependência entre psicologia e ética estabelecida por Brentano tende a ser interpretada em termos de um cognitivismo moral que parece justificado pela tese psicológica de Brentano sobre a dependência dos atos valorativos da terceira classe em relação aos atos epistêmicos da segunda classe. Esta suposição pode ser explicada considerando a mera concepção mereológica que Brentano tem da mente. De acordo com sua concepção de mente, nossa experiência é semelhante a uma estrutura de caixa chinesa onde a última classe contém a segunda e ambas contêm a primeira. Parece implausível, porém, a este respeito, afirmar que para amar ou odiar algo eu devo primeiro necessariamente aceitá-lo ou rejeitá-lo no ato de julgar. Como já vimos, Brentano separa claramente as duas classes: uma emoção não é um juízo; um fato não é um valor. O que Brentano entende quando diz que os fenômenos emocionais são baseados em juízos? Se aceitarmos a ideia de que na terceira classe estamos lidando com atitudes não-inferenciais e não cognitivas, a relação entre juízos e emoções deve ser esclarecida precisamente à luz do papel epistêmico desempenhado pela percepção interna: a experiência moral é análoga à experiência perceptiva, o que não significa que elas sejam a mesma coisa, já que ambas manifestam uma referência intencional diferente. Uma outra dificuldade diz respeito, finalmente, a outra característica da psicologia brentaniana das emoções, que estabelece que os sentimentos e desejos sejam unificados sob a mesma classe. Mas parece ir contra nossa própria experiência dizer que, por exemplo, uma decisão é algo que se enquadra na classe dos sentimentos. Uma decisão pode ser precedida ou acompanhada por uma emoção, digamos de raiva ou alegria, mas como a experiência mostra, somos capazes de distinguir entre as duas; uma decisão não é um sentimento, e de fato pareceria estranho dizer que sentimos uma decisão. Mais uma vez, esta tese psicológica brentaniana deve ser esclarecida; deve-se explicar em que

11 BRENTANO, *Psychologie vom empirischen Standpunkt 2*, p. 90: «Ein Phänomen dieser Klasse ist nicht ein Urteil: „dies ist zu lieben“, oder „dies ist zu hassen“ (das wäre ein Urteil über Güte oder Schlechtigkeit); aber es *ist* ein Lieben oder Hassen».

12 Sobre o conceito brentaniano de ato mental permita-me referir a F. BOCCACCINI, *Brentano e il pensiero come atto mentale*, “Rivista di Filosofia”, CVIII (2017), 3, pp. 365-380.

13 BRENTANO, *Psychologie vom empirischen Standpunkt 2*, p. 109.

sentido Brentano pretende unificar sentimentos e vontades à luz de sua psicologia moral. No presente trabalho, portanto, pretendo mostrar porque, primeiro, a filosofia moral brentaniana deve ser considerada como uma ética anticognitivista e, segundo, que ela pode ser apresentada dentro da família mais ampla do realismo moral apenas como uma forma de objetivismo psicológico. Se por realista se quer dizer que Brentano acredita em uma lei moral universal e inquestionável, isto é certamente verdade, mas é trivialmente verdade porque este conceito de realismo é tão amplo que pode abranger filósofos muito diferentes. Se por realismo moral nos referimos ao acesso a uma realidade de propriedades e objetos éticos transcendentais à natureza que forma o pano de fundo tanto da ética que se baseia em uma ontologia de valores como de teorias metaéticas de tipo normativo, então Brentano não é um realista. Acho que tanto o cognitivismo quanto o realismo moral ontológico, no sentido especificado, apresentam uma imagem da filosofia moral de Brentano que deixa de fora aspectos significativos da concepção de Brentano sobre a vida moral. Acredito que em suas tentativas de atualizar a ética de Brentano, ambas as perspectivas deixam escapar um elemento essencial, a saber, a dimensão psicológica que caracteriza a ética de Brentano como, precisamente, uma psicologia moral. O papel da psicologia moral - esta é a tese central do presente trabalho - é o pano de fundo não para alguma forma de conhecimento, mas para uma concepção perfeccionista de valores.¹⁴ A originalidade da ética de Brentano reside precisamente em sua tentativa de fundamentar o pensamento moral recuperando, por um lado - e até a publicação da *Psicologia de um ponto de vista empírico* - a psicologia dos sentimentos morais da tradição britânica e, por outro, a excelência da vida humana da tradição aristotélica como a escolha do melhor fim entre aqueles possíveis. As emoções que guiam os desejos nos permitem compreender o que é preferível e compreender o conceito de bem em si, distinguindo-o dos bens aparentes, ou seja, o que manifesta um valor intrínseco e não um valor dependente de outro bem. O objetivo das escolhas que compõem nossa vida é a perfeição moral.

14 Para uma introdução ao perfeccionismo moral veja R. HURKA, *Perfectionism*, Oxford University Press, New York 1993. Ver também J. FINNIS, *Natural Law and Natural Rights*, Clarendon Press, Oxford 1980 e P. FOOT, *Natural Goodness*, Oxford University Press, Oxford 2003. Uma das maiores perplexidades que surgem ao ver a filosofia moral de Brentano inserida na estrutura da metaética analítica contemporânea reside no fato de que a tradição analítica, depois de Frege, distingue drasticamente os problemas psicológicos dos problemas filosóficos, sendo estes últimos de natureza puramente conceitual. Esta distinção para Brentano, no entanto, não faria sentido porque ele concebe a psicologia em parte como uma gnoseologia, em parte como uma epistemologia e em parte como uma filosofia da mente. Em Brentano não há distinção clara entre problemas psicológicos e filosóficos, as duas disciplinas estão intimamente interligadas. Por esta razão, penso que sua contribuição à ética deve ser entendida mais no sentido de uma psicologia moral do que no de uma metaética. Obviamente um não exclui o outro, veja por exemplo os ensaios coletados em *Metaethics and Moral Psychology*, segunda parte de R. JOHNSON - M. SMITH (eds.), *Passions and Projections: Themes from the Philosophy of Simon Blackburn*, Oxford University Press, Oxford 2015.

A parte metaética da psicologia moral de Brentano certamente pertence à família da ética intuicionista, mas ao contrário dos intuicionistas clássicos como Sidgwick e Moore, Brentano fornece um intuicionismo ético *a posteriori*.¹⁵ Para o propósito deste trabalho, não vou entrar em detalhes sobre como fixamos os significados morais de acordo com Brentano, ou seja, o aspecto metaético; o que quero sugerir é antes uma conexão entre dois elementos diferentes que atravessam a filosofia moral de Brentano e que são essenciais para compreender tanto sua ética como sua teologia natural e filosofia da religião: um enfatiza a parte moral de sua filosofia como epistemologia da experiência moral, o outro elemento é o perfeccionismo dos bens objetivos que formam o pano de fundo de sua concepção de ação moral.

Dividirei este trabalho em três partes: a primeira parte tratará da psicologia das emoções de Brentano, onde analisarei os argumentos de Brentano em apoio à tese sobre a psicologia das emoções, ou seja, a dependência das emoções perante os juízos, mostrando que não se trata de uma forma de cognitivismo. Na segunda parte tratarei da relação entre psicologia moral e perfeccionismo, explicando em que sentido a unificação dos sentimentos e da vontade se destina a apoiar uma teoria perfeccionista de valores. Meu objetivo é inscrever a ética de Brentano na tradição do perfeccionismo moral de Aristóteles, Tomás de Aquino e Leibniz.¹⁶

2. JUÍZOS E EMOÇÕES: A ANALOGIA DA PERCEPÇÃO

Afirmo que, embora a psicologia das emoções de Brentano se baseie em juízos e crenças, isto não faz dele um cognitivista moral. Vou agora argumentar porque é que a teoria geral subjacente à sua psicologia moral é não cognitivista, se por não cognitivismo se entende a opinião de que uma enunciação moral exprime uma atitude de natureza não cognitiva semelhante a um desejo, aprovação ou desaprovação, e por cognitivismo se entende a opinião contrária de que uma enunciação moral descreve uma crença ou juízo moral que pode ser verdadeiro ou falso. Embora para Brentano não seja obviamente uma questão de afirmações, mas

15 Por intuicionismo ético *a posteriori* entendo a possibilidade de conciliar, em Brentano, seu intuicionismo com seu empirismo no nível metodológico, um problema ao qual o próprio Brentano renuncia no período de Viena ao reforçar seu intuicionismo no sentido cartesiano e racionalista. Sobre a possibilidade de compreender a percepção interna das emoções corretas como uma forma de intuição *a posteriori* de valores. Cf. R. AUDI, *Moral Perception*, Princeton University Press, Princeton 2013; S. ROESER, *Moral Emotions and Intuitions*, Palgrave Macmillan, Londres 2011. Ver também W. SINNOIT-ARMSTRONG, *Moral Intuitionism Meets Empirical Psychology*, in T. HORGAN- M. TIMMONS (eds.), *Metaethics After Moore*, Oxford University Press, Oxford 2006, pp. 339-366.

16 Sobre o perfeccionismo em Aristóteles e no aristotelismo, ver *Aristotelian Perfectionism*, segundo capítulo do livro de HURKA, *Perfectionism*. Sobre Leibniz ver J. RAWLS, *Leibniz I: His Metaphysical Perfectionism*, in ID. *Lectures on the History of Moral Philosophy*, Harvard University Press, Cambridge (MA) 2000.

de atos, pode-se observar que mesmo nos atos de amar ou odiar algo que manifesta um valor intrínseco não se identifica uma forma de conhecimento epistêmico. Quando Brentano fala de um desejo que pressupõe conhecimento, refere-se ao fato de que não é possível para a razão humana aspirar a algo irrealizável - uma questão importante no centro do debate alemão, de Kant a Lotze.

Quando se deseja, portanto, já se possui o conceito de existência efetiva, cuja gênese reside na experiência do juízo. Amar algo significa em geral desejar que ele se realize porque existe uma perfeição maior se o objeto intencional for realizado, isto significa que amar é uma condição de possibilidade da vontade, ou seja, a nossa vontade de agir pressupõe o sentimento de amor: “por fazer emergir o objeto amado, a vontade pressupõe a experiência de uma influência dos fenômenos do amor”.¹⁷

Isto não implica, naturalmente, a existência efetiva do objeto, como Brentano já havia deixado claro com relação aos juízos existenciais, pois posso acreditar em uma certa ideia de Deus e, com referência ao conteúdo desta crença, posso sentir um sentimento de amor e respeito por este objeto; mas isto não implica nem demonstra sua existência.¹⁸ Demonstra, porém, de um ponto de vista psicológico, que não posso amar a Deus sem acreditar em sua existência; neste sentido, portanto, os sentimentos pressupõem uma crença. No que diz respeito à relação entre crenças e emoções, deve-se observar primeiramente que Brentano nunca afirma qualquer forma de identidade entre juízos e emoções, mas apenas uma analogia. Esta analogia se fundamenta em uma polarização interna de ambas as classes de fenômenos: assim como um juízo pode ser afirmativo ou negativo, também um sentimento pode ser de amor ou de ódio. Brentano vai um passo além quando explora a dimensão epistemológica da esfera moral relacionando a experiência da verdade do juízo com a do amor correto (*richtig*), um conceito que tem sua gênese na experiência lógica e que Brentano usa por analogia para descrever a experiência moral. A estreita relação entre o pensar verdadeiro e o desejo correto já é descrita por Aristóteles no livro VI da *Ética a Nicômaco*.¹⁹ Brentano toma da *Ética* de Aristóteles o esquema da polarização interna destes fenômenos: como os juízos afirmam ou negam que algo é ou não é (*Kataphasis/Anerkennen - Apophasis/Verwerfen*), assim os fenômenos da terceira classe desejam ou evitam algo, identificando-os como atos de amor ou ódio (*dioxis/Liebe - phyge/Hass*).

Tais movimentos afetivos se baseiam no conceito aristotélico de *orexis*²⁰; Brentano define estes fenômenos de forma geral e técnica como movimentos da

17 Cfr. BRENTANO, *Psychologie vom empirischen Standpunkt* 2, p. 115.

18 *Ibi*, p. 128.

19 ARISTÓTELES, EN, 1139a 17-25.

20 Sobre o conceito de *orexis* em Aristóteles, ver G. PEARSON, *Aristotle on Desire*, Cambridge University Press, Cambridge 2012; J.M. COOPER, Reason, Moral Virtue, and Moral Value, in ID.,

alma, como interesse, como amor (*Gemütsbewegungen, Interesse, Liebe*)²¹ ou mesmo como referência emotiva (*Gemütsbeziehung*)²². Isto não significa que Brentano pense que está usando esta classe para acessar o conhecimento de alguma realidade moral separada da experiência; os sentimentos não são juízos, nem se referem a fatos morais externos à mente ou a proposições morais que são verdadeiras ou falsas. Contra a possibilidade de interpretar os sentimentos como juízos, o próprio Brentano expressou-se muito claramente em defesa de sua concepção geral tanto na *Psicologia*, de 1874, como posteriormente no Apêndice VII da edição de 1911 apenas do segundo volume:

Acredito que ninguém vai entender minhas palavras como significando que os fenômenos desta classe [isto é, as emoções] são atos cognitivos em virtude dos quais, em certos objetos, a bondade ou a maldade, o valor ou o desvalor, são percebidos; mas, a fim de tornar qualquer interpretação deste tipo completamente impossível, advirto expressamente que fazê-lo seria negar totalmente minha verdadeira opinião. Se assim fosse, eu primeiro atribuiria estes fenômenos aos juízos, ao passo que os distingo como uma classe particular; além disso, em geral, pressuporia as representações de bondade e maldade, valor e desvalor para esta classe de fenômenos, ao passo que, em vez disso, mostrarei como todas as representações desse tipo surgem apenas da experiência interna destes fenômenos.²³

Não é surpreendente que algumas pessoas que, com base no que eu disse na minha *Psicologia*, tenham sido convencidas de que o juízo deve ser separado da representação como classe fundamental, tenham chegado à ideia de unificar o juízo e as referências emocionais (*Gemütsbeziehungen*) numa classe fundamental e tenham entendido o reconhecimento como uma espécie de amor, e a negação como uma espécie de ódio. Acreditar num objeto (*Objekt*) é algo muito diferente de amá-lo, e negar um objeto é algo muito diferente de odiá-lo, caso contrário, qualquer má notícia seria excluída.²⁴

O argumento de Brentano para distinguir categoricamente fenômenos mentais de tipo epistêmico, tais como crenças e juízos de valor, de fenômenos emocionais é bastante claro: se amar fosse acreditar em algo, quando recebo notícias dolorosas, por exemplo, a morte de uma pessoa querida, então ao reconhecer esta notícia como verdadeira, não deveria experimentar um sentimento de dor. A nossa experiência mostra-nos, pelo contrário, que os nossos sentimentos de alegria ou tristeza, amor ou ódio, são de natureza diferente dos fenômenos do conhecimento. O reconhecimento de um objeto como verdadeiro não é necessariamente seguido

Reason and Emotion. Essays on Ancient Moral Psychology and Ethical Theory, Princeton University Press, Princeton (NJ) 1999, pp.253-280.

21 BRENTANO, *Psychologie vom empirischen Standpunkt* 2, p. 35.

22 Ibi, p. 153.

23 Ibi, p. 35

24 Ibi, p. 154

por um sentimento de amor ou alegria; a negação de um objeto como falso não é acompanhada por um sentimento de ódio. Se sinto dor perante a notícia da morte de uma pessoa querida, é porque o meu ato emocional é dirigido ao objeto representado (*Vorgestellt*) que o juízo diz que já não existe, e não à verdade do juízo, nem ainda menos a um fato externo. A minha dor é dirigida à memória da pessoa amada que se manifesta como o objeto (*Objekt*) do meu sentimento na medida em que ele está presente (*Gegenwärtig-sein*) aqui e agora diante da minha consciência; quanto maior for a sua presença, mais intensa será a minha dor. Sejam claros, não estou sofrendo pela ideia da pessoa desaparecida, a minha dor é dirigida à pessoa real que já não está lá, mas para que esta dor seja real deve basear-se, por sua vez, numa representação concreta do amigo desaparecido. Como Brentano já tinha estabelecido em 1874 na primeira edição da *Psicologia*: “todo o fenômeno psíquico contém em si mesmo algo como um objeto, mesmo que não todos da mesma maneira”, e é precisamente esta diferença modal dos atos que interessa a Brentano. Os atos mentais não estão, de fato, cada um orientado para o seu próprio objeto, mas para o mesmo objeto com uma referência intencional diferente. O objeto da experiência permanece sempre o mesmo, o que muda são os modos de relação dos atos mentais aos objetos: primeiro é representado, depois afirmado ou negado no juízo e, finalmente, amado ou odiado. O primeiro ponto a ser fixado a fim de compreender a parte epistemológica da psicologia moral de Brentano é que a diferença entre atos é mental, e não ontológica. Temos a experiência de diferentes pensamentos porque pensamos de modo diverso acerca do mesmo objeto. Esta relação de dependência caracteriza a proposta de análise do psíquico em Brentano como uma estrutura de atos fundados e fundantes.

Ora, se por um lado parece bastante claro dizer que uma emoção não pode surgir sem se referir a alguma representação do objeto, parece estranho, por outro lado, justificar o porquê de uma emoção ou um desejo se basear numa crença. Começamos com a ideia de que Brentano não está afirmando que todo o caso de amor e ódio implica uma crença verdadeira ou falsa. Em vez disso, Brentano insiste na ideia de que todo o ser humano capaz de amar ou odiar deve, em primeiro lugar, ser *também* capaz de julgar. Não posso ter atos valorativos sem pressupor uma capacidade de juízo, o que não significa que os dois sejam sobrepostos. Apenas uma criatura dotada de uma capacidade de crer e julgar pode amar ou odiar. Em suma, apenas criaturas capazes de acreditar em algo podem amá-lo ou odiá-lo. Esta tese fundamental da sua psicologia respeita a premissa intencionalista, mas é diferente da tese, que é mais forte, mas não estritamente brentaniana, segundo a qual os fenômenos do amor e do ódio são crenças morais. Como vimos, é o próprio Brentano que critica esta identificação; além disso, esta tese estaria longe da sua inspiração aristotélica e mais próxima da ética estoica, segundo a qual, por exemplo, a avareza é uma falsa crença sobre a importância do dinheiro. Segundo Brentano, o

sentimento de amor não é, portanto, uma verdadeira crença e o sentimento de ódio não é uma falsa crença. Brentano sublinha fortemente e em continuidade com a sua recusa dois pontos fundamentais da sua psicologia: 1) os juízos e as crenças são fenômenos ontologicamente distintos dos fenômenos emocionais e valorativos; 2) o bom, o justo etc., não são predicados reais de objetos.

A origem destes conceitos reside na experiência, ou seja, nos próprios atos, e a posse destes conceitos só se justifica pela experiência do bem, do justo, do mau, do que é digno ou indigno de ser amado. A relação de dependência entre emoções e juízos não deve, portanto, ser estendida, em última análise, como se fosse uma relação de dependência de algum conhecimento prévio. Brentano não está afirmando que para experimentar uma emoção tenho primeiro de saber algo, mas está simplesmente descrevendo uma regra interna da sua psicologia das emoções: se assumirmos que cada pensamento ou é uma representação ou se baseia numa representação, devemos reconhecer que as leis de sucessão de manifestações mentais que regem a representação devem ser válidas tanto para os juízos como para as emoções.

Quando Brentano afirma que as emoções fazem valorações como bom ou desagradável o conteúdo de um juízo (*Urteilsinhalt*), e não um objeto externo, ele está tentando explicar como funciona a referência intencional da terceira classe e o mecanismo psicológico que move sentimentos e ações²⁵. O conteúdo de um juízo não tem natureza ontológica, mas sim psicológica e determina parcialmente um ato emotivo. Imaginemos que estou à minha janela e vejo um homem com uma barra aproximando-se do meu carro estacionado em frente. O homem começa a bater no meu carro. Eu provavelmente começaria a gritar para ele parar e sentiria raiva e desespero. Agora vamos imaginar um cenário diferente: o mesmo homem com uma barra bate no carro do meu vizinho. Embora ainda grite para que pare, sentirei espanto, mas provavelmente não sentirei raiva ou ódio como se o carro fosse meu, embora demonstre desapontamento. Finalmente, imaginemos um terceiro cenário em que o mesmo homem com uma barra começa a bater no carro do meu pior inimigo estacionado em frente da casa. Não só provavelmente não vou gritar para ele parar, como podemos imaginar que o sentimento que acompanha a visão de tal ação será mais próximo do prazer do que do desprazer. Ora, como a percepção que recebo do exterior é sempre a mesma (“Um homem com uma barra batendo num carro estacionado”) e os meus sentimentos variam, devo concluir que estes últimos não variam por causa da representação. O que faz as minhas emoções variarem é uma crença, é saber que esse é o meu carro, que é o carro do meu vizinho, ou que é o carro do meu inimigo. É por isso que as emoções, afirma Brentano, são fundadas sobre conteúdos de juízos, sem que isso implique que elas tenham um conteúdo proposicional. As emoções baseiam-se em crenças, mas não são crenças,

25 Cf. ibi, p. 88;

e manifestam no seu campo uma especificidade própria que não é nem redutível nem imputável às outras duas classes. É sobre esta especificidade que se baseia a nossa vida moral.

3. EMOÇÕES E VONTADE: A BASE DO PERFECCIONISMO MORAL

A ideia de que as emoções e a vontade pertencem à mesma classe de fenômenos pode parecer uma tese difícil de sustentar. Pertencer à mesma classe não significa, contudo, que sejam a mesma coisa; significa simplesmente que é difícil estabelecer uma linha de fronteira clara entre estes fenômenos. Na *Psicologia*, Brentano reconhece a diferença entre emoções, vontade e virtude²⁶, mas se compararmos estes fenômenos do ponto de vista da referência intencional, descobrimos que alegria, esperança, coragem, desejo, preferência, vontade, escolha, decisão, todos manifestam a mesma atitude de inclinação ou aversão emotiva ao conteúdo de uma crença²⁷. É por esta razão que Brentano une diferentes fenômenos sob a rubrica da oposição amor-ódio, não porque sejam a mesma coisa, mas porque, para o seu propósito, é suficiente que estes fenômenos manifestem o mesmo ato; sentimentos e volições expressam uma atitude semelhante a um desejo. Isto é suficiente para distanciar todos estes fenômenos daqueles de representação e juízo, e para reconhecê-los como fenômenos *sui generis*.

Se formássemos duas classes distintas para sentimento e vontade, teríamos de reconhecer, em consequência, que elas manifestam uma referência intencional radicalmente diversa. Contudo, de acordo com Brentano, as coisas são diferentes:

Será fácil convencer-mos de que, dentro de todo o campo do sentimento e da vontade, em parte alguma aparece uma diferença de opostos, em que um par seria tão heterogêneo em relação ao outro como é a oposição entre o amor e o ódio em relação ao reconhecer e negar. Mesmo quando comparamos a alegria e a tristeza com o querer e não querer, reconhecemos que aqui e ali nos encontramos todos na mesma oposição de agradável e desagradável, prazer e desprazer.²⁸

26 Cfr. *ibi*, p. 108, nota.

27 Neste sentido, os atos de amor e ódio em Brentano podem ser interpretados em termos de pró-atitude e anti-atitude: Cf. M. MONTAGUE, *Brentano on Emotion and the Will*, in KRIEGEL, *The Routledge Handbook of Franz Brentano and the Brentano School*, pp. 110-123.

28 BRENTANO, *Psychologie vom empirischen Standpunkt 2*, pp. 106-107.

O ponto notável da unificação do sentimento e da vontade numa única classe reside no fato de que as diferenças de grau de intensidade e perfeição manifestadas pelo amor e pelo ódio são interpretadas em *A Origem do Conhecimento Moral* como diferenças de valor. A variação de grau e de plenitude é uma especificidade da terceira classe que o juízo não manifesta porque um juízo é ou verdadeiro ou falso, mas não pode ser mais ou menos verdadeiro nem pouco ou muito falso. Sobre a experiência destas variações internas de sentimentos, Brentano introduz a referência aos valores. E, de fato, através da comparação e escolha entre diferentes objetos mais ou menos agradáveis, mais ou menos dignos de amor, mais ou menos perfeitos (ou seja, manifestando maior plenitude de ser), que experimentamos a preferência (*Vorzug*), e exercendo um ato de preferência (*Bevorzugung*) adquirimos o conceito do melhor (*Beste*).

A interpretação que gostaria de sugerir amplia o nosso quadro, indicando que o imperativo brentaniano de escolher o melhor entre o que é alcançável faz sentido apenas de uma perspectiva perfeccionista²⁹. De fato, escolher entre vários fins o que é mais alcançável, ou o mais acessível, leva-nos à origem intencional dos conceitos de bom e melhor. O melhor será o que nos dá mais prazer, mas ao contrário do que Brentano tinha afirmado em *Psicologia*, agora este *mais* não se refere ao grau de intensidade do amor ou do prazer, mas ao fenômeno da preferência: o melhor é o que é preferível a outro bem, e o que é preferível em sentido absoluto é o bem em si ou tudo o que tende para este bem. Em outras palavras, melhor é aquilo que é excelente. O fim último da busca da excelência é a perfeição moral; obtendo assim prazer na minha própria perfeição e na dos outros. É por esta razão que Brentano, citando frequentemente o início da *Metafísica* de Aristóteles, apresenta sempre o conhecimento como exemplo de objeto digno de amor: o conhecimento dá-nos prazer porque aumenta a nossa perfeição. O bem humano consiste num estado de prazer que acompanha a perfeição moral. A perfeição é cultivada através da busca constante de uma maior aquisição de conhecimento de nós próprios, dos outros, do universo e de Deus.

A terceira classe de fenômenos mentais contém mais do que um pequeno problema psicológico: unificando sentimento, prazer e vontade, o objetivo de Brentano é harmonizar o exercício da virtude e do desejo (*orexis*) com as nossas crenças, já que o prazer da vida reside na possibilidade do que Brentano chama, segundo a sua expressão, o ideal dos ideais (*das Ideal der Ideale*), ou seja, a harmonia das três classes de fenômenos mentais que devem oferecer à consciência a representação do divino. Este é, em resumo, o plano geral da sua ética, para o qual a sua psicologia constitui o pano de fundo.

29 ID., *Vom Ursprung sittlicher Erkenntnis* (1889), Meiner, Hamburg 1969, p. 15-16.

O interesse maior e a parte mais interessante da sua concepção residem, não tanto no debate entre cognitivismo e não cognitivismo das emoções, mas nos temas da perfeição e cultivo de si mesmo que acabam por unificar a psicologia dos sentimentos e a filosofia moral. As páginas finais da análise da terceira classe, embora pouco comentadas, parecem cruciais para a compreensão da concepção perfeccionista que constitui o pano de fundo da sua filosofia moral. A este respeito, Brentano afirma com grande clareza:

Cada classe fundamental de fenômenos psíquicos tem uma espécie de perfeição (*Vollkommenheit*) peculiar; e isto pode ser reconhecido no sentimento interior que, como vimos, acompanha cada ato. Nos atos mais perfeitos de cada classe fundamental existe inerente, como dizemos, uma alegria nobre pertencente a essa classe. A maior perfeição da atividade de representação é a contemplação da beleza; quer seja apoiada pela ação do objeto ou independente dele. A esta contemplação está ligado o maior prazer que podemos encontrar na atividade de representação enquanto tal. A maior perfeição da atividade judicativa é o conhecimento da verdade: sobretudo, claro, o conhecimento daquelas verdades que, mais do que outras, nos manifestam uma rica plenitude do ser. É o caso, por exemplo, quando aprendemos uma lei pela qual se explica de uma só vez uma vasta gama de manifestações, como é o caso da lei da gravitação. Portanto, o conhecimento é uma alegria e um bem em si mesmo, independentemente de qualquer uso prático que permita. [...] A mais alta perfeição da atividade do amor está finalmente na elevação, livre e desinibida por considerações de prazer e utilidade próprias, aos bens superiores, na dedicação de si mesmo, pronto para qualquer sacrifício, àquele que, em virtude da sua perfeição, é digno de amor acima e além de tudo, no exercício da virtude ou do amor ao bem para seu próprio bem e de acordo com sua perfeição. [...] O ideal dos ideais está na unidade de todo verdadeiro, de todo bem e de toda beleza, isto é, em um ser cuja representação mostra a infinita beleza³⁰.

A identificação do bem com uma forma de hedonismo em Brentano é uma simplificação do problema da perfeição moral: o que nos traz prazer não é, portanto, identificável como melhor, mas é escolher o que é melhor que nos traz prazer; o que significa que podemos nos sacrificar em prol de um bem maior e nos regozijarmos nesta ação se considerarmos este fim melhor³¹.

Um sentimento - não uma virtude - é uma inclinação para realizar atos corretos no campo da vida moral. De que modo, no entanto, o agente discerne uma paixão correta de uma paixão incorreta? Enquanto Aristóteles faz este discernimento depender da virtude porque o homem virtuoso pode discernir entre ações corretas e incorretas assim como pode escolher os meios em vista dos fins, em Brentano é somente a experiência de nossos sentimentos e a escolha entre diferentes bens que

30 ID., *Psychologie vom empirischen Standpunkt 2*, pp. 121-122.

31 Isto é obviamente um prazer intelectual, ou seja, um sentimento de prazer. Para sensações corpóreas de prazer em Brentano, cf. O. MASSIN, *The Intentionality of Pleasures and other Feelings, a Brentanian Approach*, In D. FISETTE - G. FRÉCHETTE (eds.), *Themes from Brentano*, Rodopi, Amsterdam 2013, pp. 307-338.

pode nos proporcionar a posse de conceitos morais. Só experimentando uma preferência correta por um bem em si mesmo é que adquire o conceito de bem. A ética fundamenta-se de modo autônomo porque tem sua origem na experiência destes fenômenos, enquanto que para os juízos existe apenas uma analogia. É por esta razão que afirmo que a ética repousa apenas em parte sobre a psicologia. Vimos que cada classe possui suas próprias leis particulares que não podem ser derivadas das anteriores. As emoções, portanto, se tomadas como um todo, manifestam em sua percepção interna uma analogia com os juízos, mas se tomadas em sua especificidade manifestam uma coloração (*Farbung*) totalmente peculiar do fenômeno que determina sua qualidade de ato, e que é uma condição para a própria unidade da classe³². É sobre esta qualidade peculiar dos atos da terceira classe que a ética se baseia, não sobre todo o fenômeno. Brentano observa estas variações qualitativas tanto nos fenômenos sentimentais quanto nos volitivos, argumento que lhe permite, na *Psicologia* de 1874, unificar diferentes fenômenos sob a mesma classe, reduzindo-os a fenômenos de amor e ódio.

Brentano não está identificando emoções com volição, mas está argumentando que, do ponto de vista do ato, estes diferentes fenômenos podem ser unidos no mesmo gênero, mantendo suas diferenças. Tendo deixado claro que a relação entre emoções e juízos deve ser entendida como uma analogia da percepção, resta esclarecer a natureza intencional das emoções. Mas, além da questão de se as emoções para Brentano têm um conteúdo cognitivo - que eu acho difícil de apoiar neste ponto - o ponto notável da intencionalidade da terceira classe no que diz respeito ao fundamento da ética reside no fato de que para Brentano existem sentimentos moralmente bons que carregam valores, tais como compaixão, gratidão, heroísmo, e sentimentos moralmente maus que carregam desvalores, tais como a inveja, o prazer no mal dos outros e a covardia³³. Esta premissa sobre a natureza das emoções permite a Brentano orientar sua psicologia moral em direção a uma teoria perfeccionista de valores. A partir desta experiência valorativa fundada na percepção interna, surgem conceitos morais cujo conteúdo é puramente intencional, ou seja, não-sensível, mas não se deduz daí que a ética de Brentano é anti-naturalista. Na verdade, seu perfeccionismo assim compreendido torna seu método empírico compatível com o intuicionismo da percepção interna que Brentano defende para justificar o conhecimento direto e imediato de uma emoção correta.

32 Cf. BRENTANO, *Psychologie vom empirischen Standpunkt* 2, p. 105.

33 *Ibid.*, p. 108.

4. EMOÇÕES CORRETAS E NATUREZA HUMANA. OBSERVAÇÕES FINAIS

O perfeccionismo moral caracteriza, em termos gerais, o bem humano como desenvolvimento da natureza humana. Por desenvolvimento entende-se a busca da melhor vida possível e, neste sentido, trata-se de alcançar a excelência humana. O eudaimonismo aristotélico é um exemplo disso. A realização desta excelência depende da existência de certos bens humanos objetivos, como o desenvolvimento da racionalidade, a busca do conhecimento, ou, por exemplo, em Marx, o trabalho. Eles são considerados bens em si mesmos porque são essenciais para promover a perfeição da vida humana. Para um perfeccionista, o que é correto é o que promove certos bens humanos objetivos, como o conhecimento. Tais bens são estreitamente identificados com a natureza humana, de modo que o bem humano consiste no desenvolvimento das qualidades morais e intelectuais essenciais da espécie humana.

Para Brentano, como para Aristóteles, ser racional e desenvolver a ciência e o conhecimento, afastando-se do erro, é um traço essencial de nossa humanidade e é o que deve nos fazer felizes. Neste sentido, defendo que a ética brentaniana é uma forma de perfeccionismo moral. A peculiaridade de seu perfeccionismo reside no fato de Brentano apresentar uma versão do perfeccionismo baseada em sentimentos, onde a referência aos bens objetivos é fixada principalmente pelas emoções. Posteriormente, ele desenvolverá uma ideia de perfeccionismo próxima ao racionalismo de Descartes e Leibniz, bem como relacionada à sua nova teoria de substância como uma *enteléquia* incompleta, mas ele continuará a ser um perfeccionista em ética.

Tentei mostrar porque apresentar uma concepção de ética em Brentano nos termos de uma ontologia de valor intrínseco como um correlato intencional de emoção correta ou apenas em termos meta-éticos não são interpretações suficientes para ilustrar o fundo mais complexo que perpassa a concepção moral brentaniana. Ambas as interpretações são insatisfatórias ou parciais porque atribuem a Brentano um realismo moral anti-naturalista, ou seja, uma ética baseada no conhecimento de objetos e propriedades não naturais; uma visão da experiência moral que mal se concilia com a visão brentaniana que quer a vida moral fundada sobre uma realidade acessível, que não é ontologicamente diversa daquela de nossa experiência natural e cotidiana. Ambas as interpretações dificultam, em conclusão, a compatibilidade entre seu intuicionismo e seu empirismo. Tentei esclarecer em que sentido Brentano não defende uma forte forma de realismo moral, segundo a qual existe um mundo independente da mente composto de objetos e prerrogativas éticas; ao contrário, ele defende uma forma de objetivismo moral. De acordo com o objetivismo de Brentano,

existe uma lei moral “universal e indiscutivelmente válida” e é independente tanto de nossos pensamentos e sentimentos pessoais quanto de autoridades políticas e religiosas externas. Mas esta lei nada mais é do que a realização dos bens objetivos da vida humana na direção da excelência.

Expliquei como seu naturalismo e seu objetivismo moral devem ser entendidos: a ligação não tem a ver diretamente com a teoria moral de Brentano, mas com a definição da natureza da moralidade que ele tem em mente, por isso devemos primeiro distinguir como Brentano pratica o estudo da ética de como ele concebe o conceito geral do bem. Enquanto o estudo da moral humana faz parte da psicologia filosófica, já que somente esta disciplina pode nos dar acesso ao conhecimento da esfera moral, Brentano afirma, ao mesmo tempo, que o conceito de bem, como outros conceitos morais, não é de natureza meramente psicológica, já que seu conteúdo não depende de como pensamos o bem ou o mal, justo ou injusto, correto ou incorreto. O campo moral da experiência humana não está inteiramente resolvido na psicologia, embora esta última desempenhe um importante papel explicativo no estudo da moralidade. A confusão surge do uso do adjetivo psicológico, que para Brentano significa intencional - portanto dotado de objetividade - ao passo que hoje em dia na filosofia este termo se refere a algo subjetivo, pertencente à esfera da experiência interna e privada. Mas a possibilidade de reduzir a ética à análise do conteúdo moral de nossos estados mentais privados, ou mesmo à biologia, é uma ideia não profundamente estranha a Brentano, mas é justamente a posição contra a qual ele argumenta quando toma a palavra para expor sua concepção de filosofia moral na palestra de 1889. O objetivo claro e direto de sua palestra era justamente apresentar argumentos contra o que Brentano considerava o subjetivismo moderno na esfera moral, defendendo, ao contrário, uma forma de objetivismo justificado com base em sua teoria da intencionalidade e, portanto, não com base na psicologia, mas em *sua* psicologia - o que deveria tomar o nome de psicologia descritiva e representar sua filosofia da mente.

A articulação entre psicologia moral e perfeccionismo é baseada, em Brentano, na dimensão emocional, e isto constitui sua originalidade. Se do intuicionismo clássico Brentano rejeita tanto o platonismo dos objetos e propriedades morais quanto o cognitivismo implícito, é porque a objetividade de uma verdade ética, se ela existe, não é separada da experiência cotidiana: devemos reconhecer que a experiência moral não é apenas uma realidade psicológica a ser estudada como parte da natureza humana - ela desenvolve a vida humana para melhor. O que eu quero sugerir em conclusão é que sentir uma emoção correta é avançar moralmente³⁴.

34 Uma primeira versão deste artigo intitulada *Correct and Incorrect Emotions: Love and Hate in Brentano's Moral Psychology* foi apresentada e discutida em 18 de maio de 2015 no grupo *Affections and Ethics* do *The Oxford Research Centre in the Humanities* na Faculdade de Filosofia, Universidade de Oxford. Agradeço muito a Sabina Lovibond e Lorenzo Greco por seus valiosos e esclarecedores comentários e todos os participantes na estimulante discussão.